

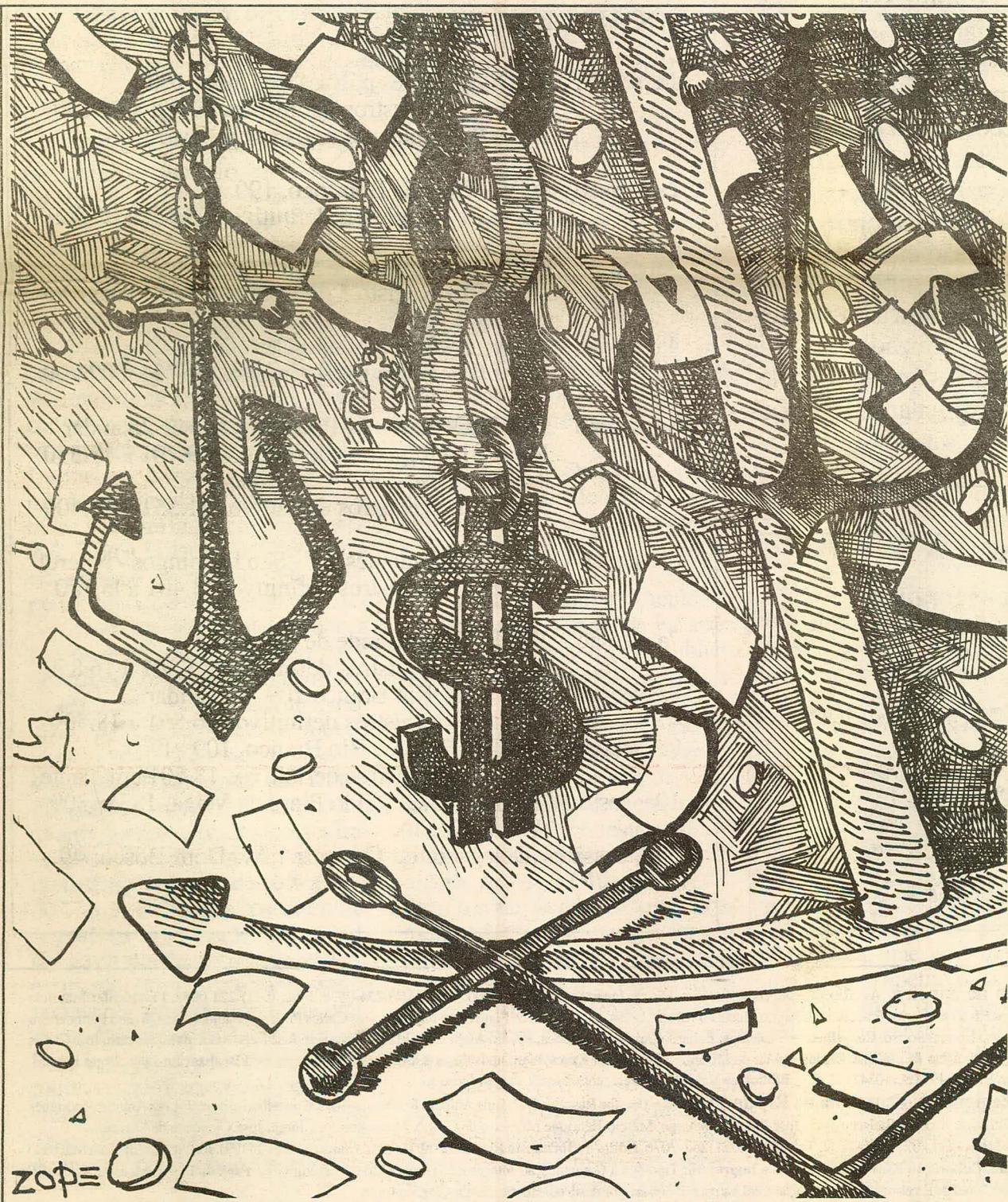
I N F O R M E
CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • nº 53 • Setembro 1993

X Congresso Brasileiro dos Economistas

O encontro terá como objetivo primordial analisar em profundidade as tendências e possibilidades de crescimento econômico, social e do Estado, a partir do tema: **REDESENHANDO O FUTURO - ECONOMIA, ESTADO E DEMOCRACIA**

Páginas 6 e 7



**Dionísio Dias
Carneiro
analisa primeiro
ano de Itamar**

Páginas 3 e 4

**Como estabilizar
a economia
brasileira**

Páginas 10 e 11

**Renovação do
Conselho tem
chapa única**

Página 12

A quem interessa a estabilização

O país inteiro - e os economistas aí se incluem com especial relevância - discute há três meses uma pauta que tem em seu topo a questão da estabilização econômica. Essa discussão é apresentada nas mais variadas formas, mostrando que, do ponto de vista profissional e teórico, os economistas têm proposições, pistas ou planos para dar conta do tema. O ponto central aqui é que as decisões cruciais quando nos referimos à questão da estabilização são algumas - ou uma série de - decisões de conteúdo político que envolvem a questão. Estabilizar para quê, ou fundamentalmente para quem? Quem ganha e quem perde, não apenas renda ou riqueza, mas essencialmente poder com esse processo? O que se segue à estabilização? É possível assegurar a estabilidade no longo prazo? Como compatibilizar o processo de desenvolvi-

mento para o país?

Este boletim trata em especial deste tema, tanto na entrevista de Dionísio Dias Carneiro, da PUC-RJ, quanto no artigo de José Carlos Miranda, da Unicamp. Decisões de política econômica são adjetivamente econômicas, mas substancialmente políticas. É impossível separar aqui, como gostariam alguns, economia e política, como se fossem duas concepções diferenciadas - ou antagônicas - de resolver os problemas do país. O instrumento econômico não pode ser dissociado de proposições políticas. Não existe uma lógica imanente na chamada ciência econômica que obrigue a seguir estes ou aqueles objetivos nacionais. Assim, é fundamentalmente no campo da política que se dão essas decisões, embora uma suposta racionalidade econômica possa muitas vezes ser utilizada como ombro daqueles que têm problemas para explicitar suas opções políticas.

SEMINÁRIO

Cenário para a Marinha Mercante Brasileira nos anos 90

Participação

Frederico Bussinger, Carlos Lessa, Sérgio Porto da Luz, Ceci Jurua

Auditório

Clube de Engenharia - Av. Rio Branco, 124 - 22. andar
Centro - Rio de Janeiro

Data

4, 18 e 25 de outubro de 1993 - Às 18:00h

Renovação do Conselho

CORECON convoca categoria para eleições em outubro

As eleições de renovação do terço da composição do CORECON, marcadas para o próximo dia 25 de outubro, vão refletir a representatividade da categoria no órgão dos economistas do Rio de Janeiro.

Por isso mesmo, é com satisfação que convido os colegas a participar das eleições - de fundamental importância para reforçar aquela representatividade, elegendo companheiros que exercerão, por três anos, a função de responder pela categoria, como também para incentivá-los a construir uma gestão democrática e voltada para os interesses da sociedade e de nossa classe.

É importante destacar que a participação eleitoral pressupõe que os economistas estejam em dia com sua contribuição junto ao Conselho - o que, de resto, é uma imposição legal.

Maurício Buzanovsky - Presidente do CORECON-RJ

LOCAIS DE VOTAÇÃO

- 1a. sessão - BNDES - Av. República do Chile, 100
Mesa 01 - Registros definitivos 00.001 a 03.650
Mesa 02 - Todos os registros provisórios
- 2a. sessão - FGV - Praia de Botafogo, 190
Mesa 01 - Registros definitivos 03.651 a 05.800
- 3a. sessão - PUC - R. Marquês de São Vicente
Mesa 01 - Registros definitivos 05.801 a 07.750
- 4a. sessão - IPEA - Av. Pres. Antonio Carlos, 51
Mesa 01 - Registros definitivos 07.751 a 09.700
- 5a. sessão - ELETROBRÁS - Av. Pres. Vargas, 642-2o. andar
Mesa 01 - Registros definitivos 09.701 a 11.550
Av. Pres. Vargas, 409 - 10o. andar
Mesa 02 - Registros definitivos 11.551 a 13.400
- 6a. sessão - UFF - R. Tiradentes, 17 - São Domingos - Niterói
Mesa 01 - Registros definitivos 13.401 a 15.100
- 7a. sessão - IBGE - R. Visconde de Niterói
Mesa 01 - Registros definitivos 15.101 a 16.850
- 8a. sessão - IERJ - Av. Rio Branco 109 - 19o andar
Mesa 01 - Registros definitivos 16.851 a 18.500
- 9a. sessão - CORECON - Av. Rio Branco, 109 - 19o
Mesa 01 - Registros definitivos 18.501 em diante
- 10a. sessão - AESE - R. Oswaldo Pinto da Veiga, 183 s/ 309
V. Sta Cecília
- 11a. sessão - Delegacia de Campos - Av. Dom Bosco, 49 - Campos/RJ

CORECON/Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054-900. Tel.: (021) 224-0578. Fax.: (021) 221-0958. **Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Vice-Presidente:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselheiros Efetivos:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Luís Otávio de Figueiredo Façanha, Luís Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Ignácio de Moura Rangel, Sidney Pascouto da Rocha, José Roberto Correia Soeiro. **Conselheiros Suplentes:** Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis, Rosa Maria Porcaro, José Carlos Negri Periard, Alexandre Baptista Freire, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Carlos Aguiar de Medeiros. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirschbaum. **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária, Ângela Peixoto.

INFORME CORECON/Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira.

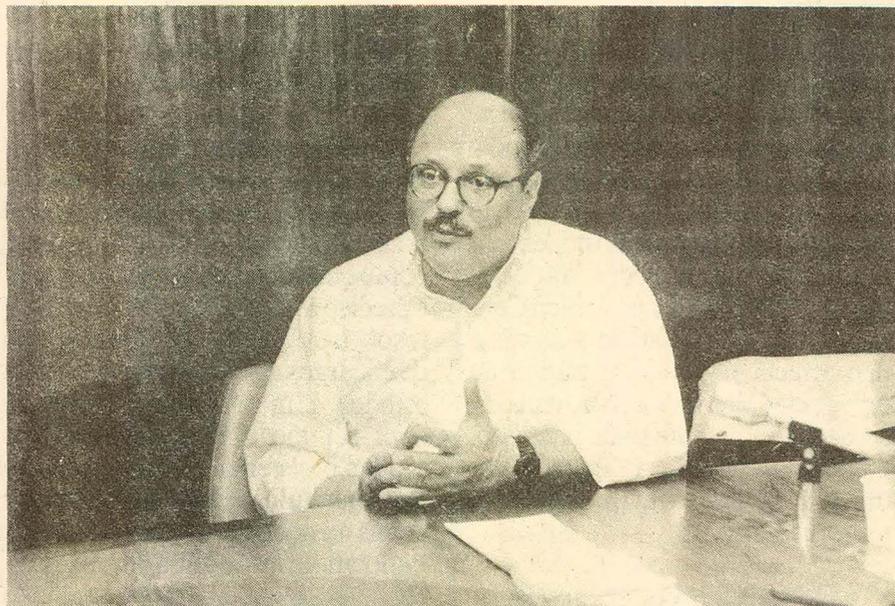
Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda. - Tel. (021) 262-2832. Tel. e Fax: (021) 262-7076. **Editora e Jornalista Responsável:** Deolinda Saraiva (MT - 14109). **Reportagem:** Malu Machado e Sônia Jóia. **Fotografia:** Wânia Corredo. **Ilustração:** Zope. **Diagramação, Editoração Eletrônica, Fotolito e Impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. As matérias assinadas por colaboradores refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

Ajuste Fiscal: Mais um ano jogado fora

O primeiro ano do governo Itamar foi um ano perdido. As dificuldades políticas aumentaram, a instabilidade continua, a inflação cresce de forma acelerada e só são piores as perspectivas de realização de um ajuste fiscal. Esta é a análise do economista e professor da PUC-RJ, Dionísio Dias Carneiro, que compara a economia brasileira a um animal em processo de extinção, caminhando lentamente para o colapso. O poder Executivo possui mecanismos para realizar o ajuste fiscal, mesmo sem contar com o apoio do Congresso, mas, para ele, o maior impecilho é a "fraqueza de diagnóstico por parte do presidente da República, que está mal cercado, com pouco apetite para governar e não querendo ouvir más notícias".

Participaram como entrevistadores no debate de conjuntura promovido pelo CORECON, no dia 28 de setembro, os economistas Ronaldo Rangel, da Faculdade Cândido Mendes, Luís Antonio Elias, do Corecon, e Adhemar Mineiro, do Dieese.

Também foram discutidas medidas de combate à inflação inercial, tais como a "âncora cambial" e o "Conselho da Moeda", e suas chances de sucesso se aplicadas antes que o governo ponha suas contas em ordem.



CORECON: Enquanto o governo reafirma que não há risco de hiperinflação, ela não pára de crescer. Analisando a conjuntura, há condições de frear a escalada inflacionária?

Carneiro: Vivemos um processo de adaptação semelhante ao de animais em extinção, que vão modificando suas funções básicas para conviver em um equilíbrio mínimo com o meio ambiente deteriorado. Da mesma forma que os animais não se extinguem de um dia para o outro, também uma economia adaptada a uma inflação alta não entra em colapso de repente. Há anos, pensávamos que a hiperinflação teria um efeito caótico destruindo a moeda de uma hora para outra. Nós nos adaptamos ao ambiente inflacionário, sem com isso destruir a moeda. Usamos 10% menos moeda que um país com o nosso nível de transações financeiras usa. Trabalhamos hoje com 1,5% do PIB em moeda, quando os outros países trabalham com um nível de monetização que vai de 10% a 15% do PIB. A sociedade brasileira desenvolveu mecanismos de substituição da moeda, como a indexação e o uso de outros ativos para assegurar reserva de valor. Foram encurtados todos os prazos das transações. Mas isso custa uma instabilidade muito grande à economia, obriga as empresas a "financeirizarem" suas decisões, além de privar o governo da receita provinda das emissões.

CORECON: Que alternativas

se apresentam nesta conjuntura?

Carneiro: Existem duas alternativas, que dependem do fato de o governo ter ou não condições de pôr fim a esse quadro de hiperinflação reprimida. O governo está disposto a fazer sacrifícios? Tem apoio para isso? Quando ele não tem condições, que é o que vimos até agora, o seu papel é prolongar a sobrevivência do sistema.

CORECON: Quais são as maiores dificuldades do governo para implementar um plano de combate à inflação?

Carneiro: A maior dificuldade está em que o papel da inflação hoje é o de adequar o gasto público comprometido no orçamento à capacidade efetiva de poder de compra à disposição do governo. A inflação faz a conta de chegada. Cada vez que adio uma despesa, estou diminuindo a despesa em termos reais. A inflação está cortando gastos e compatibilizando o orçamento. Antes, o Poder Executivo tinha o controle completo do orçamento. À medida em que foi aumentado o poder do Legislativo com o processo de democratização, este foi defendendo o seu comando sobre os gastos. Hoje, ele tem quase que o comando integral. Ao Poder Executivo só cabem duas ações: a de propor o orçamento e, depois de votado, de reprimir gastos adiando a liberação das verbas. Este ano, o único poder que ele tem é o de usar a inflação adiando des-

pesas. Todos os gastos estão indexados com inflação "pré" muito elevada, e as receitas estão indexadas por inflação "pós". Então evidentemente, quanto maior a taxa de inflação, maior a receita e menor a despesa. Esse regime é insustentável sem uma inflação elevada. Para se preparar o país para uma inflação mais baixa, é preciso primeiro uma reforma fiscal. Ou seja, é preciso encontrar outra forma de adequar as despesas aos gastos.

CORECON: A sua previsão, então, é que o governo continue a empurrar a inflação com a barriga?

Carneiro: Todo este primeiro ano do governo Itamar foi um simples regime de sustentação e de tentativa de recuperação de credibilidade. No entanto, não avançamos em nada. Os objetivos são os mesmos de setembro do ano passado. Perdemos um ano. Instabilizou-se o país por mais um ano, a inflação só cresceu e as perspectivas de se fazer um ajuste fiscal não são melhores. As dificuldades políticas são maiores. Isso se perdeu por uma fraqueza de diagnóstico por parte do presidente da República, que está mal cercado, com pouco apetite para governar e não querendo ouvir más notícias. Basta lembrar que já tivemos quatro ministros da Fazenda.

CORECON: Dentro do quadro que você mesmo colocou de confronto entre Executivo e Legislativo, a troca de ministros não é mais uma consequência do que qualquer outra

coisa?

Carneiro: Eu não acho que seja uma consequência, pois o confronto entre Legislativo e Executivo existe na maior parte das democracias no mundo. As desigualdades também existem em outros países sem que isso leve ao nível da inflação brasileira. Por que, então, nós economistas achamos que a inflação é o resultado necessário disso? A questão é que a inflação é a solução que a sociedade brasileira elegeu. A razão da persistência da inflação talvez esteja no nível de tolerância da sociedade brasileira.

CORECON: Diante do acordo da dívida externa e dos esforços do governo em realizar os ajustes que permitam um processo de estabilização, você não vê a possibilidade de o quadro ser revertido?

Carneiro: Acho que o governo ainda está sério. Mas estou pessimista quanto às suas condições de levar adiante um plano de estabilização. Acho pouco provável que tenhamos um programa, dentro do quadro atual, que possa efetivamente mudar o regime fiscal. Há dificuldades legislativas, mas também dificuldades que vêm do próprio Executivo. O Executivo tem condições, por exemplo, de não financiar um banco estadual que seja estuprodo por seu governador para fins eleitorais. Ele pode deixar quebrar. Por que não faz isso?

CORECON: Será que pode,

com uma maioria instável no Congresso?

Carneiro: Claro que pode. Falta coragem. Ninguém vai votar o impeachment do Itamar porque ele deixou um banco que estava sendo usado com fins eleitorais quebrar. Nós construímos fantasmas desse tipo, que é preciso ter maioria no Congresso para se tomar uma medida de Banco Central. A lei que dá este poder ao Banco Central já foi votada. Se o Congresso não quer isso que vote outra lei e diga que o presidente do Banco Central não tem poder para isso. É uma falsa democracia a de que um deputado pode ir ao Banco Central pedir para seu Estado. Isso não é democracia não, isso é tráfico de influência. Voto, mandato, nada dá ao deputado legitimidade para isso. Aquele funcionário do Banco Central é quem tem legitimidade para tomar a decisão.

CORECON: Você não está analisando de forma simplista uma sociedade que é altamente complexa? O deputado representa setores da sociedade, que é ainda em grande parte populista e ao mesmo tempo corporativista. Conviver com essa matriz política não é tão simples assim que dê legitimidade ao poder Executivo para adotar medidas de combate à inflação que signifiquem perdas para determinados setores.

Carneiro: Eu olho para outros países, tão complexos como o nosso - pois não temos o monopólio da complexidade política -, e vejo que não existe esta visão brasileira da impossibilidade de resistência de um funcionário para fazer aquilo que ele tem legitimidade para fazer. É o caso da juíza que mandou prender os bicheiros. Ela tinha legitimidade para fazê-lo e fez. Poderia se dizer que a matriz política daquele estado ou daquela cidade não viveria sem aqueles bicheiros. É claro que isso poder gerar problemas. Mas a decisão pode ser tomada. No caso do impeachment do Collor, o Banco Central conseguiu cumprir o seu papel, deu ao Congresso todos os documentos que foram pedidos, com todas as pressões para fazer o diabo. Isso mostra quanta independência já existe para quem resolve usá-la. Eu acho que o grau de complacência do setor públi-

co para com as dificuldades políticas é muito grande. O conflito político só gera mais inflação pois esta é a maneira que nós encontramos para acomodar a situação.

CORECON: Como em uma situação como esta se promovem medidas drásticas de combate à inflação? Que medidas seriam essas e como implementá-las?

Carneiro: Bom, do ponto de vista de uma mudança de regime fiscal, você precisa do Legislativo. Se você quiser ser muito abrangente como quis ser o Fernando Henrique, é preciso mudar a Constituição, para resolver a questão da distribuição de encargos e receitas entre a União, estados e municípios. Se não se quer ser tão abrangente, pode-se mudar o sistema tributário dentro da Constituição, acabando com todas as isenções de imposto de renda e adotando um sistema de arrecadação com base em movimentação financeira. Acho boa a idéia do Augusto Jefferson, de usar um mecanismo como o IPMF - que é um péssimo imposto como foi coloca-

do, mas um excelente mecanismo de arrecadação -, de forma a funcionar como um instrumento de arrecadação na fonte. No plano das despesas, se você quiser fe-

char todas as janelas do setor público federal - que servem única e exclusivamente para lobby na área de educação e saúde -, você simplifica uma barbaridade do ponto de vista orçamentário e pode fazê-lo com mecanismos que estão à disposição do presidente da República. É só uma questão de querer usá-los. Para isso, é preciso abrir mão do poder de decidir todo dia se o prefeito "x" ou "y" vai ser recebido. Não é preciso de pacto social para fazer com que sejam respeitadas as dotações orçamentárias.

CORECON: E com relação à política cambial?

Carneiro: A política cambial é um elemento de sustentação da sobrevivência desse regime. Só existe o grande milagre de uma economia funcionando e até voltando a crescer, com esta inflação, porque existe confiança em algumas regras. Um dos elementos dessa confiança são as relações do Brasil com o resto do mundo. A política cambial dá o seguinte sinal: nós fazemos

toda sorte de loucuras, mas o câmbio mantém mais ou menos o seu poder de compra. A atividade de exportação continua e os negócios exteriores continuam.

CORECON: O que você pensa da possibilidade da adoção de uma "âncora cambial" como forma de combate à inflação?

Carneiro: Bom, manter o câmbio minimamente constante, previsível, não é uma regra de bronze que tenha de ser seguida em qualquer caso. Há políticas de estabilização que exigem a valorização cambial e, portanto, atrasam a taxa de câmbio. Agora, mudar o regime cambial para ancorar nele uma estabilização de preços, sem que o regime fiscal permita, é uma loucura, uma estupidez. Você vai pagar todos os custos de desarticular uma parte da economia que está funcionando direito, em troca de coisa nenhuma. É um engano pensar que na Argentina foi feita uma estabilização baseada no câmbio. Lá, esta mudança no câmbio propiciou uma mudança de regime fiscal. Como a economia já tinha se arrebatado do ponto de vista fiscal muito mais do que nós, quando se ancorou o peso no dólar, você criou a impossibilidade de o governo se financiar por outra via que não fosse os impostos.

CORECON: O que poderia acontecer no Brasil com a adoção de uma "âncora cambial"?

Carneiro: Aqui, se você tentasse através de uma "âncora cambial" mudar o regime fiscal, você ia dar uma freada monetária do tamanho de um bonde. Você fingiria estar fazendo uma política de estabilização baseada no câmbio, mas estaria na verdade fazendo um choque monetário de proporções gigantescas. Aqui se tem hoje pouca base monetária. Se ela só crescer na proporção do acúmulo de reservas, o que vai acontecer é que a taxa de juros irá efetivamente para a lua.

CORECON: O que deveria se feito na após o ajuste fiscal para combater a inflação inercial?

Carneiro: Isso todo mundo sabe o que fazer. Tem várias alternativas. Depois que você efetivamente gerou um regime fiscal que permita dizer que realmente a inflação não

caiu por causa das regras de indexação, aí você desindexa, congela preços, faz tudo o que quiser. Para o "day-after" há uma convergência enorme. Do Delfim ao Mercadante, as diferenças vão ser muito pequenas com relação ao que fazer depois. O diabo é que nós estamos falando sobre o que fazer depois há um ano. O grande debate hoje é se você faz o "depois" antes ou depois. É claro que a mudança de regime de correções facilita também o ajuste fiscal, pois, como a base monetária hoje é pequena, ela permite que, com a remonetização, o governo reduza seu déficit emitindo moeda sem com isso provocar um efeito inflacionário. Mas dificulta do ponto de vista político.

CORECON: Na verdade, o que ocorre é que com um choque anterior ao ajuste fiscal, é muito difícil o governo aceitar reduzir seus gastos.

Carneiro: É claro. Digamos que o Fernando Henrique consiga com um choque qualquer passar a inflação de 35% para 10%. O que você acha que o Itamar ia pensar ao

decidir sobre qualquer medida para aumentar impostos ou diminuir gastos? Ele diria: Mas a inflação já caiu! Você já resolveu o problema da inflação. Agora eute-

nho que acabar com a fome, com o analfabetismo, ajudar a eleger meu correligionário... O problema da ameaça de uma hiperinflação parecerá então ter terminado.

CORECON: O Lara Resende tem defendido a criação de um Conselho da Moeda. O que você pensa sobre essa proposta?

Carneiro: Isso significa dizer: Me amarra que eu sou louco. Não me deixa emitir moeda que eu sou doido. O problema principal da solução do André é que eu não acredito que você possa dar aquilo que você não tem, que é credibilidade. Se eu não consigo despertar confiança como emissor, então não posso delegar a ninguém esse poder. Se o governo puder fazer isso, então por que não criar no próprio Banco Central o tal conselho de emissão? Este conselho nos Estados Unidos se chama "Open Market Comitê", tem independência, é respeitado e dá as diretrizes para o processo de emissão. Eu não vejo porque privatizar isso.

"Acho improvável que tenhamos um programa, dentro do quadro atual, que possa efetivamente mudar o regime fiscal"

"Mudar o regime fiscal através de uma âncora cambial significa um choque monetário de proporções gigantescas"

Sistema de Projeções Qualificadas CORECON-INSIGHT

A projeção de indicadores, feita a cada bimestre por meio de consulta a 17 economistas, tem como principal destaque a expectativa de inflação em queda e dólar variando abaixo da alta dos preços.

INFLAÇÃO

Os esforços empreendidos pelo ministro Fernando Henrique Cardoso no controle das despesas públicas e mesmo a incessante busca de apoio político entre os agentes econômicos para o "Programa Verdade" ainda não conseguiram influenciar positivamente o processo inflacionário brasileiro, revertendo a tendência de alta. Os índices da inflação previstos para o bimestre setembro/outubro, embora não revelem descontroles, mostram que as taxas deverão continuar estabilizadas, com uma pequena tendência ascendente. Os 12 economistas que participaram do Sistema de Projeções Qualificadas (SPQ) do Conselho Regional de Economia (Corecon), projetam para setembro uma taxa de inflação de 33,3% - superior portanto, ao IGP-M da Fundação Getúlio Vargas de agosto (31,79%), sinalizando ainda com um pequeno repique no mês seguinte. Para outubro a previsão do SPQ indica que a inflação chegará a 34,2%, reafirmando a expectativa de que a política traçada pelo ministro Fernando Henrique Cardoso para a economia seguirá o seu curso sem choques ou outros malabarismo heterodoxos.

JUROS

Os 12 economistas que participaram do SPQ do Corecon prevêem que no bimestre setembro/outubro a taxa de juros real sob títulos públicos, fique estabilizada em 1,2%. Esse resultado significa, de alguma forma, um recuo em relação à taxa praticada em agosto, que ficou em 2,16%, a mais alta do ano, tomando por base a inflação medida pelo IGP-M. Mês passado, o rendimento dos títulos públi-

Indicadores Econômicos		
	SETEMBRO	OUTUBRO
Inflação (%) (IGP-FGV)		
Taxa de Juros Real (%) (descontada a TR do período sobre títulos públicos)	33.3	34.2
Taxa de Câmbio (%)	32.8	33.8
Dólar Paralelo(1)	136.80	184.50
Dólar Comercial	124.65	166.39
Produção Industrial (%) (anualizada)	4.2	3.9
Superávit Comercial (US\$ 1.000.000.000)	1.1	1.0
(1993/1992)		
Produto Interno Bruto(%)		3.0
Taxa de Desemprego (IBGE) (%)		6.3
FBK/PIB (%)		16
Contas Governo/PIB (%) (2)		Déficit 2.5
		Superávit

(1) Cotação do dólar no último dia do mês
(2) Resultado operacional

cos alcançou 34,64%, enquanto o IGP-M ficou em 31,79%. Como o índice da FGV foi menor que o esperado, o ganho real (acima da inflação) acabou sendo maior.

CÂMBIO

Lastreado em expressivas reservas, o governo continuará ditando os rumos de sua política cambial, que deverá, no próximo bimestre, permanecer em razoável sintonia com as expectativas da inflação oficial. A projeção dos 12 economistas que participaram do SPQ do Corecon indicam para setembro uma variação cambial de 32,8%, enquanto em outubro o índice subirá um pouco, fechando em 33,8%. O câmbio deverá evoluir, portanto, um pouco abaixo da taxa de inflação de cada mês.

DÓLAR PARALELO

Quem estiver apostando em espetaculares saltos na cotação do dólar no mercado paralelo durante os próximos dois meses poderá amargar pesadas frustrações. Pelo menos para os 12 economistas que integram o SPQ do Corecon, a cotação da moeda americana no último dia do mês de setembro fechará em CR\$ 136,80, acumulando uma evolução de 35,44% em relação ao último dia de agosto. Já no último dia de outubro o black deverá fechar em CR\$ 184,50, com valorização de 34,86%, comparando-se com a cotação prevista para o mês anterior.

DÓLAR COMERCIAL

Também não haverá grandes surpre-

sas em relação à cotação da moeda americana no mercado oficial para o próximo bimestre, como indicam as projeções dos 12 economistas que participam do SPQ do Corecon. Em setembro o dólar oficial ficará em CR\$ 124,65, e para o último dia de outubro os economistas do Corecon prevêem uma cotação de Cr\$ 166,39%.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A expectativa dos economistas que participam do SPQ do Corecon para a produção industrial no próximo bimestre praticamente ignora maus presságios. As projeções continuam apontando para um crescimento contínuo de 4,2% em setembro e uma pequena queda (3,9%) em outubro. Os dados oficiais produzidos pelo IBGE ainda não são conhecidos, mas outros parâmetros podem ser cotejados. No primeiro semestre deste ano a indústria automobilística cresceu 32%, e o setor eletroeletrônico 29%, praticamente puxando para cima o desempenho da indústria no período. Um economista se absteve na projeção da produção industrial.

SUPERÁVIT COMERCIAL

As trocas comerciais brasileiras continuarão superavitárias nos meses de setembro e outubro, segundo projeções dos 12 economistas que participaram do SPQ do Corecon. Para setembro está previsto um superávit de US\$1,1 bilhão, caindo para US\$ 1 bilhão em outubro. O resultado oficial de agosto ainda não foi divulgado pelo Departamento de Comércio Exterior

do Banco do Brasil (DECEX).

PIB

Apesar da previsão super otimista do Instituto de Economia Aplicada (Ipea), ligado à Secretaria de Planejamento, de que o PIB deverá crescer 5% no ano - o que seria o melhor índice desde o Plano Cruzado - a projeção dos 11 economistas (houve uma abstenção) que participaram do SPQ é mais moderada. Segundo as avaliações do Corecon a economia sai do fundo do poço, com o produto crescendo 3% em 1993.

DESEMPREGO

Os bons ventos que bafejam certos setores da economia brasileira não conseguiram, ainda, balançar as expectativas de aumento de desemprego no país. O SPQ do Corecon prevê que a taxa de desemprego aberto, este ano, se mantenha em 6,3%, o que não será suficiente para agregar as novas vagas de trabalhadores que chegam ao mercado a cada 12 meses em torno de 1,5 milhão, segundo o IBGE. Um economista se absteve.

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL

A formação bruta de capital fixo em relação ao PIB, segundo 11 economistas (houve uma abstenção) que participaram do SPQ ficará em 16%, três pontos percentuais acima da última projeção do Corecon sobre este indicador. O resultado significa um pequeno crescimento em relação ao ano passado (14,4%) do PIB mas mostra que a economia brasileira continuará com reduzida capacidade de investimento. Houve uma abstenção entre os economistas que participaram do SPQ do Corecon.

CONTAS DO GOVERNO

A promessa de equilibrar as contas do governo feita pelo ministro Fernando Henrique Cardoso ainda não sensibilizou os economistas que participaram do SPQ do Corecon. As Projeções para este ano indicam um déficit operacional da ordem de 2,5% do PIB. Houve uma abstenção.

OBSERVAÇÕES

- 1) As projeções foram realizadas entre 25 de agosto e 5 de setembro
- 2) Todas as projeções refletem a média de opinião dos economistas ouvidos pelo Corecon.
- 3) Foram utilizadas como fontes para indicadores econômicos passados e futuros o Departamento do Comércio Exterior (DECEX) do Banco do Brasil; a Andima; a Fundação Getúlio Vargas; a Fipe; o IBGE e o Ipea.

Economistas consultados: Gil Pace (GPC Consultores); Flávio Castelo Branco (Confederação Nacional da Indústria) Sandra Lo Fiego e Antonio Carlos Porto Gonçalves (Pinto de Almeida DTVM); Francisco de Assis (Banco Marka); Adhemar Mineiro (Dieese-RJ); José Eduardo Parreira (BNDES); Claudio Contador (Coppe-UFRJ); José Claudio Ferreira da Silva (Ipea); Eduardo Scaletsky (Dieese); Reinaldo Gonçalves (UFRJ) e Sérgio Werlang e René Garcia (GW Consultoria).

Redesenhando o Futuro: Econ

O encontro terá como objetivo primordial analisar em profundidade as tendências e possibilidades de crescimento econômico, social e do Estado, a partir do tema: **REDESENHANDO O FUTURO: ECONOMIA, ESTADO E DEMOCRACIA**.

Como resultado, apresentará ao governo e a sociedade, um plano de gestão - Plano Global do Congresso -, com propostas concretas de modelos econômicos a serem implantados no curto, médio e longo prazos, visando a retomada do crescimento e a estabilidade econômica, a partir de interseções mínimas das diversas correntes de pensamentos.

Mas, antes de tudo, o Xº Congresso Brasileiro dos Economistas, objetiva resgatar o papel do economista como profissional atuante e decisivo para o efetivo desenvolvimento do país.

Mesas Temáticas

Divididas em 42 Mesas Temáticas, distribuídas nos mini auditórios da Faculdade Candido Mendes - Centro, serão apresentadas e debatidas as propostas individuais ou de grupos de economistas, versando sobre temas regionais ou nacionais onde o melhor projeto ou uma fusão de vários projetos será incorporado ao Plano Global do Congresso.

Podendo-se destacar como participantes das Mesas Temáticas, personalidades do porte de Herbert de Souza (Betinho), Edmar Bacha (Assessor Especial do Ministro da Fazenda), Fábio Erber (Diretor do BNDES), Candido Mendes (Presidente do CICS/UNESCO), Juan Carlos Casas (Jornalista Econômico/Argentina), Álvaro Adolpho T. Santos (Presidente da DATAMEC), etc.

PROGRAMAÇÃO DO ESPAÇO TÉCNICO

Mesas Especiais

Dia 03/11/93 11:00 h. Tema: Redesenhando o Futuro

Participantes: Carlos Lessa - Ph.D(*)
D. Luciano Mendes de Almeida - Pres. da CNBB(*)
Vicente de Paula (Vicentinho) - Pres. do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo

Mediador: Delfin Netto

19:00 h. Tema: O Projeto Nacional

Palestrante: Fernando Henrique Cardoso - Ministro da Economia
Mediador: Renato Archer

Dia 04/11/93 11:00 h. Tema: O Presente

Participantes: Maria da Conceição Tavares - Pres. do IERJ - Ph.D(*)
Dércio Munhoz - Ph.D (*)
Roberto Macedo

Mediadora: Ieda Cruzius

19:00 h. Tema: O Novo Estado e a Nova Sociedade

Participantes: Cesar Maia - Prefeito do Rio de Janeiro(*)
Tasso Genro - Prefeito de Porto Alegre (*)
Paulo Hartung - Prefeito de Vitória (*)
Reinaldo Lessa - Prefeito de Maceió (*)

Mediador: Marcílio Marques Moreira

Dia 05/11/93 11:00 h. Tema: Um Projeto para o Brasil

Participantes: Luciano Coutinho - Ph.D (*)
Paulo Rabelo de Castro - Ph.D (*)
Antonio Kandir - Ph.D (*)

Mediador: Paulo Haddad

19:00 h. Tema: Economia e Democracia

Palestrante: Walter Borelli - Ministro do Trabalho (*)



CONGRESSO BRASILEIRO DOS ECONOMISTAS

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

Dia 03/11/93 13:00 h. Canto Coral (Coral Comlurb)(*)
21:00 h. Nana Caymmi (*)

Dia 04/11/93 13:00 h. Canta Vinicius (Coral Candido Mendes) (*)
21:00 h. João Bosco

Dia 05/11/93 13:00 h. Coral SESC-Tijuca (*)
22:00 h. Grande Festa de Encerramento na quadra da
G. R. E. S. Portela

O Espaço Cultural estará aberto a todos os interessados em apresentar suas performances artísticas. Bastando para tanto, a prévia inscrição para seleção, junto a Comissão Organizadora do Congresso.

(*) Presenças confirmadas até 24/09/93.

omia, Estado e Democracia.

	Quarta-feira 03/11/93	Quinta-feira 04/11/93	Sexta-feira 05/11/93
Das 09:00 h. às 10:30 h.	Abertura	Grupos Temáticos	Grupos Temáticos
Das 11:00 h. às 12:30 h.	1ª Mesa Especial	2ª Mesa Especial	4ª Mesa Especial
Das 13:00 h. às 14:00 h.	SHOW	SHOW	SHOW
Das 15:00 h. às 16:30 h.	Grupos Temáticos	Grupos Temáticos	Grupos Temáticos
Das 17:00 h. às 18:30 h.	Grupos Temáticos	Grupos Temáticos	Grupos Temáticos
Das 19:00 h. às 20:30 h.	Palestra	3ª Mesa Especial	Palestra/Encerramento
Às 21:00 h.	SHOW	SHOW	FESTA

TROCINADORES:

APOIO:

Karvan

BOAVISTA  NOVAS IDÉIAS
ANTIGOS IDEAIS

HOSPEDAGEM

Os participantes do Xº Congresso Brasileiro dos Economistas terão direito a descontos especiais nas passagens aéreas e hospedagem, desde que façam suas reservas através da Karvan Viagens e Turismo - Rua México, 148 - sl.1002 - Tel. e Fax (021) 220-6907 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031

Opções de Hospedagem

		SGL	DBL
Rio Othon Palace	5* Praia de Copacabana	US\$ 70	US\$ 78
Leme Othon Palace	4* Praia do Leme	US\$ 53	US\$ 58
Trocadero Othon	3* Praia de Copacabana	US\$ 40	US\$ 44
Savoy Othon	3* Copacabana	US\$ 36	US\$ 39
Aeroporto Othon	3* Centro	US\$ 31	US\$ 35

As tarifas incluem café da manhã, acrescidos de 10% de taxa de serviço e comissionamento de 10% para Agência.

A Companhia Aérea oficial do Xº Congresso Brasileiro dos Economistas é a Transbrasil, que está oferecendo 40% de desconto nas passagens reservadas, via Karvan.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Para maiores informações, contatar a Comissão Organizadora no CORECON-RJ - Av Rio Branco, 109 - 19º and. - Centro - Rio de Janeiro Tel.: (021) 224-0578 / 221-0958. Ou, a Coordenação de Relações Externas da Faculdade Candido Mendes - Centro - Tel.: (021) 531-2363

O pagamento será feito no ato da inscrição, conforme tabela abaixo:

Profissionais de Economia em dia com a anuidade	US\$ 15*
Estudantes de Economia	US\$ 10*
Demais Profissionais	US\$ 25*

(*) Dolar da véspera.

O Xº CONGRESSO BRASILEIRO DOS ECONOMISTAS é uma promoção do Conselho Federal de Economia e organizado pelo Conselho Regional de Economia - 1ª Região; Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro e; Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro



GLOBO TRANSBRASIL

ECONOMISTA POR UM DIA"

Através de anúncios veiculados em O GLOBO, o cidadão será convidado a inscrever-se na Comissão Organizadora do Congresso e, uma vez selecionado, apresentará sua tese Econômica que será comentada por ex-ministros, nas seguintes datas:

Dia 03/11/93 13:00 h. Delfin Netto - Ex-ministro do Planejamento e Deputado Federal
17:30 h. Renato Archer - Ex-ministro da Ciência e Tecnologia e Presidente da Embratel

Dia 04/11/93 09:30 h. Ieda Cruzius - Ex-ministra do Planejamento, Professora e Consultora(*)
17:30 h. Márcilio Marques Moreira - Ex-ministro da Economia e Consultor

Dia 05/11/93 09:30 h. Paulo Haddad - Ex-ministro da Fazenda, Professor e Consultor

A eclosão do capital financeiro no Brasil

Saldos crescentes na balança comercial, escalada da dívida pública e instabilidade do padrão monetário. Estes foram os principais vetores que impulsionaram a economia nacional nos últimos dez anos. ? sombra destes grandes marcos conjunturais gestaram-se formas até então inéditas no Brasil de estruturação capitalista.

O predomínio de uma lógica especulativa acompanha o fortalecimento dos aspectos essencialmente financeiros no âmbito das decisões empresariais. A concentração e centralização de capitais modifica a conformação dos grupos privados nacionais que lograram ultrapassar com êxito os percalços do período 1981\83.

O ajuste recessivo elevou a renda auferida com exportações e com a dívida pública, introduzindo um comportamento essencialmente especulativo na fixação de preços. A contração salarial apenas acentuou a trajetória ascendente dos lucros dos grandes grupos privados. No que tange aos oligopólios industriais, em particular os segmentos fabricantes de bens duráveis, estes tiveram como responder, via diferenciação de produtos e elevação de preços, à retração do

mercado doméstico. Além disso, tiveram reforçadas as barreiras à entrada de eventuais competidores pela própria restrição da demanda, o que também os dispensou de investimen-

tos planejados para manutenção estratégica de capacidade ociosa. Ao invés de retornarem como inversões produtivas, os lucros retidos (e qualquer disponibilidade financeira) eram (e são) automaticamente encaminhados para rentáveis aplicações no mercado financeiro. Este constituiu - e constitui - elemento de considerável relevância na crescente rentabilidade empresarial que caracteriza a crise recessiva no Brasil.

Ao mesmo tempo, cumpre assinalar que a ampliação da presença de filiais de empresas multinacionais é contrarrestada pelo movimento predominante no capitalismo mundial, o qual tem intensificado os níveis de acumulação e competitividade nos espaços internos dos países cêntricos. As empresas estrangeiras transformam-se em "vacas caixeirolas" encarregadas prioritariamente de aportar recursos para investimentos de suas matrizes.

Já os grupos privados nacionais iniciam um processo de conglomeração que, mesmo quando inclui uma projeção internacional, tem, como referência básica a diversificação por diferentes mercados da economia brasileira, auferindo as condições de rentabilidade possibilitadas internamente. No que se refere a seu posicionamento no inte-

rior do oligopólio diferenciado, este se alicerça em estratégias de associação com o capital estrangeiro, seja por joint-venture ou por acordos de licenciamento de tecnologia. A barreira tecnológica nos segmentos da eletroeletrônica acarreta este tipo de estratégia, a qual tem possibilitado o ingresso dos grupos nacionais neste mercado. Nas diversas áreas da metal mecânica, barreiras tecnológicas menores possibilitam maior autonomia em alguns segmentos onde predomina o capital nativo.

O próprio distanciamento tecnológico que tem se acentuado entre a economia brasileira e os países desenvolvidos amplia o escopo de alternativas de inovações em produtos e processos a serem introduzidos no mercado nacional. Ao mesmo tempo alimenta um viés de acumulação sob a forma de conglomerados, onde os grandes grupos nacionais passam a se fazer presentes nos mercados mais rentáveis, independentemente dos encadeamentos interindustriais das empresas que compõem o portfólio das organizações "holding".

A passagem a uma estruturação tipicamente financeira da dinâmica de acumulação de capitais assinala também um papel proeminente aos grupos integrantes do oligopólio financeiro nacional.

A extraordinária rentabilidade das operações bancárias no último decênio e o decorrente acúmulo de capitais no setor induziram a uma diversificação do oligopólio financeiro rumo a outros segmentos. Inicialmente restrita à produção de insumos à atividade bancária, como papel, serviços gráficos, mobiliário e equipamentos de automação bancária, o processo de extroversão destes grupos abrange atualmente setores que vão de mineração a bebidas, de eletrodomésticos a materiais de construção. Assim, sob a hegemonia do oligopólio financeiro, promove-se a fusão entre capitais bancários e industriais, num determinado capitalismo tardio e sob o impacto de uma conjuntura historicamente datada.

Uma breve verificação empírica do processo de conglomeração encetado pelos grupos financeiros nacionais não deve se restringir às grandes organizações bancárias. Em consequência da extrema rentabilidade do setor financeiro na década de 80, alguns bancos de investimento sob controle de capital nacional alcançaram um expressivo posicionamento no conjunto do mercado sem buscar competir no segmento varejista. Isso lhes possibilitou concretizar estratégias próprias de conglomeração com absorção de empresas não-financeiras. Dois, dentre outros casos notórios, são fornecidos pelo Banco de

Investimento Garantia e pelo Banco Bozano, Simonsen.

No caso do Banco Garantia, o grupo controlador protagonizou uma surpreendente e bem sucedida operação de "take-over" que resultou na aquisição do controle acionário da Companhia Cervejaria Brahma, em outubro de 1989. O movimento foi possível por serem as ações ordinárias da cervejaria distribuídas de forma muito pulverizada pelo mercado, com poucos títulos com direito a votos concentrados na mão da diretoria.

Um aspecto relevante das negociações informado por telex dirigido às bolsas de valores e à Comissão de Valores Mobiliários é o compromisso do Grupo Garantia em investir, nos cinco anos subsequentes, quinhentos milhões de dólares na construção de cinco fábricas de cervejas e dez de refrigerantes.

A tomada do controle da Brahma foi a segunda incursão do Grupo Garantia em áreas não-financeiras. Ao fazê-lo, já detinha o comando da rede de comércio varejista "Lojas Americanas S.A.". Recentemente, em fins de agosto deste ano (1993), o Garantia adquiriu, por US\$ 10,8 milhões, o controle acionário da Artex S.A., empresa colocada no segundo lugar do ranking nacional no segmento de artigos de cama, mesa e banho.

Quanto ao Banco Bozano Simonsen, sua trajetória não-financeira se enquadrava, até o início dos anos noventa, nos marcos tradicionais do capital mercantil, voltado a atividades de mineração e construção imobiliária. No ramo minerador, seguia uma estratégia de associação com capitais estrangeiros, tendo como sócio mais frequente a Anglo American Corp. do Brasil. Sua participação no processo de privatização das indústrias siderúrgicas estatais transformou o grupo em tela no virtual controlador da produção de aço no Brasil, a partir do domínio sobre a Usiminas e demais plantas siderúrgicas leiloadas pelo governo.

As peripécias do processo de privatização ainda em curso, com a passagem do controle da siderurgia estatal para o oligopólio financeiro privado, merecem naturalmente uma análise que transcende o escopo deste artigo. Cabe entretanto o registro que, no bojo das privatizações, alguns grupos financeiros superaram definitivamente seu caráter predominantemente mercantil. Parece ter sido este o caso do Grupo Moreira Salles, controlador do Unibanco. ? par sua notável habilidade em se representar nos principais assentos das autoridades monetárias, o Unibanco associou-se ao Bozano, Simonsen em exitosas incursões nos leilões de privatização. Coincidentemente, o controle da siderúrgica de

Tubarão se deu em simultâneo a uma reestruturação em seu "board", em agosto de 1992, designando seu então vice-presidente executivo para ocupar a presidência da Companhia de Tubarão, da qual o Unibanco detém 20% do capital votante, sendo acionista também o Bozano, Simonsen, com 25% dos votos. Segundo a Gazeta Mercantil, o grupo Moreira Salles detinha ainda o controle da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, única produtora nacional de ligas de ferro-nióbio e responsável por 65% da produção mundial de nióbio, tendo faturado em 1991 US\$ 125 milhões. Ainda em 1992, o Unibanco ingressou na produção de suco de laranja, com a entrada em funcionamento da indústria Cambuhy Citrus, com projeção de exportar US\$ 1,4 bilhão até 1993.

O posicionamento em setores produtores de "commodities" é coerente com a rentabilidade assegurada aos grupos exportadores. A agro-indústria faz parte do portfólio de todos os grandes grupos financeiros, os quais também se posicionam em setores produtores de insumos básicos, aliás bem antes que o processo de privatização fosse deflagrado.

O Grupo Econômico, capitaneado pela família Calmon de Sá, tem interesses consolidados na área petroquímica, dentro do modelo de "tripé" cristali-

zado em meados da década de 70. A "Conepar", holding responsável pela diversificação do grupo, detém, segundo informações do "Guia Interinvest-1992", 31,64% da Ciquine, Cia. Petroquímica; 1/3 do capital votante da Polialden Petroquímica; 16,27% da Politenio Ind. e Com. S/A., todas naturalmente em Camaçari, além de 32,46% da Química Metacril S.A..

Ao vender sua participação na Brasmator para o Bradesco, em maio de 1989, o Grupo Econômico justificou a transação afirmando, através de seu presidente, o interesse em concentrar investimento no setor petroquímico. Esta especialização, contudo, não excluiria movimentos em outras direções. No mês seguinte, junho de 1989, a família Calmon de Sá obteve, por US\$ 6 milhões, o controle do capital votante da Refrigerantes da Bahia S.A., indústria que detém a franquia da produção de Coca-Cola naquele estado.

A recente trajetória da Bamerindus é também marcada por significativa orientação rumo à indústria pesada. O Grupo Bamerindus é o 5o. maior grupo nacional privado, segundo o ranking do "Balanço Anual" da Gazeta Mercantil, e o 3o. maior grupo financeiro nacional. Suas principais posições fora

"Atualmente, os oligopólios financeiros abrangem setores que vão de mineração a bebidas, de eletrodomésticos a materiais de construção"

"No conjunto das privatizações, alguns grupos financeiros superaram definitivamente seu caráter predominantemente mercantil"

da área financeira situam-se em eletrodomésticos e no fabrico de papel. De acordo com o "Guia Invest-1992", o Bamerindus detém 2/3 do capital votante da "Umuarama Adm. Bens e Part. Ltda.", a qual, por sua vez, concentra, segundo dados do "Balanço Anual", 55,54% do capital da Refripar, empresa holding que, através de suas subsidiárias, controla a linha de refrigeradores "Prosdócimo", e é a quarta colocada no ranking setorial.

Nos últimos 5 anos, o Grupo Bamerindus consolidou um parque fabril dirigido à produção de papel, voltado principalmente para o mercado externo. A Impacel, localizada no município paranaense de Arapoti, é o resultado de um investimento de US\$ 600 milhões, sendo que 53% deste total tiveram origem em recursos próprios do Grupo Bamerindus. O restante foi obtido com aportes do sistema BNDES. Inaugurada com a presença do então ministro Marcílio Marques Moreira em 1992, a conclusão final de uma segunda etapa da planta está prevista para 1995, quando o grupo projeta atingir um faturamento anual de US\$ 200 milhões com a produção e exportação de papel. O maquinário mestre - a máquina de papel - foi fornecido pela Voith paulista, de capital alemão. A WEG, de Santa Catarina, coube o fornecimento de todos os 603 motores elétricos utilizados nas instalações, o que é indicativo dos impactos interindustriais do empreendimento.

Os dois principais grupos financeiros nacionais, Bradesco e Itaú, ocupam um lugar de destaque, tanto pelo volume de recursos como pela amplitude de seu processo de diversificação. Na raiz da distinção, entre estes dois conglomerados e os demais grupos de origem financeira, encontra-se a forma de enfrentamento da questão da informatização.

As diferentes estratégias serão decorrentes do porte de cada instituição: neste sentido, a integração do principal suporte tecnológico que então se colocava (início dos anos 80) como indispensável será resolvida de forma diversa pelo Bradesco, Itaú e pelos demais grandes bancos nacionais.

O Bradesco montou seu próprio laboratório digital, criando a primeira leitora magnética de caracteres conhecida no mundo, além de projetar o sistema "Bradesco Instantâneo". Inicialmente, estes produtos eram projetados pelos laboratórios do banco e sua produção repassada a terceiros (Sid e Digilab), onde o Bradesco tinha alguma participação acionária. Posteriormente, o Bradesco adquiriu o controle total da Digilab, utilizando-a como holding para investimentos em informática.

A estratégia seguida pelo Itaú comportou a criação desde o início de uma firma própria, a Itaotec, para desenvol-

ver e manufaturar seus sistemas e equipamentos.

Os dois principais conglomerados financeiros trilharam um caminho de diversificação na área de informática e microeletrônica, ainda que com nuances estratégicas distintas, predominando no Itaú a aquisição do controle acionário, e, no Bradesco, práticas de participação compartilhada.

O que se constata é a capacitação gerencial e tecnológica decorrente do esforço inicial dos dois grandes grupos financeiros. Comparada com as estratégias de diversificação dos demais grupos bancários, Bradesco e Itaú se fazem presentes muito mais nitidamente em setores de maior densidade tecnológica.

S.A.. Em setembro de 1992, ingressou no mercado de telecomunicações, em composição com o grupo francês Alcatel, responsável por 25% do mercado de equipamentos de telecomunicações no Brasil. Em 1989 já havia ingressado no ramo das copiadoras, com tecnologia japonesa Canon.

O ano de 1989 marcou uma forte diversificação industrial do grupo Bradesco; além da absorção da Scopus, o conglomerado concretizou várias aquisições de participação acionária em empresas de grande porte. A principal delas foi a aquisição de 34,7% da holding Brasmotor, bloqueando um movimento da norte-americana Whirlpool visando assumir o controle da principal empresa

Machline. Ao mesmo tempo manteve o controle acionário da Scopus, fabricante de micro computadores e demais equipamentos; o controle da CMP Informática S.A.; e a participação na Rima Impressoras, cujo controle divide com a Itaotec. Na área das telecomunicações, o Bradesco está associado ao grupo Victori Internacional, em parceria com o grupo Roberto Marinho. A título de ilustração, apresentamos tabela divulgada pelo próprio Bradesco na revista Veja de 17 de março de 1993, quando da comemoração dos 50 anos de atuação do banco. Alertamos aos leitores que não constam na tabela abaixo as empresas da área de informática e telecomunicações, controladas a partir da holding Digilab.

A constituição de um capital financeiro nacional, alicerçado sobre o processo de diversificação do oligopólio bancário, introduz uma pauta de discussões acerca de várias políticas públicas. A par um melhor dimensionamento do fenômeno, a questão do crédito público pode ser analisada sob novos ângulos. De um papel quase exclusivo na concessão do crédito industrial destinado a novos empreendimentos fabris, os exemplos mais recentes reservam as agências governamentais um papel mais coadjuvante e seletivo. O aporte financeiro a atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico continua um imperativo restrito à parca ação governamental. A orientação pública para o provimento de recursos a pequenas e média empresa poderá ser priorizada, aí inclusos os requerimentos para capital de giro.

As questões acima são indicativas para um debate por se iniciar. O que assume o papel de maior relevo, entretanto, é a necessária ação do poder público no sentido de alterar os parâmetros vigentes que determinam as decisões dos conglomerados.

A exceção do breve período em que vigorou o Plano Cruzado, as políticas Cambial, Monetária e Fiscal têm atuado em detrimento do consumo doméstico, sancionando um comportamento especulativo na fixação dos preços internos. A continuidade da "ciranda financeira", a ineficácia fiscal, a ausência de investimentos mesmo em serviços essenciais, configuram uma atitude governamental permissiva ao "status quo".

Ao contrário, faz-se necessária uma ação abrangente da política econômica no sentido de que se alterem os padrões de concorrência restritivos, onde se alimentam a estagnação tecnológica, os baixos níveis de investimento fabril e a escassez de oportunidades de emprego e geração de renda.

Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira

GRUPOS/EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DO BRADESCO NO CAPITAL VOTANTE EM 31/12/91 (%)	POSIÇÃO DO GRUPO NO RANKING DO BALANÇO ANUAL
ARTEX S.A.	12,31	149
BRASMOTOR S.A.	31,24	25
CIA. HANSEN INDUSTRIAL	15,25	51
CIMAF	11,61	(*)
CIA. SIDERÚRGICA BELGOMINEIRA	10,93	8
CREMER S.A.	13,36	177
ANTÁRTICA DO MATO GROSSO S.A.	20,00	-
ANTÁRTICA DA PARAÍBA	13,72	-
INDÚSTRIAS ROMI S.A.	13,15	122
INDÚSTRIAS VILLARES S.A.	10,89	20
LATASA-LATAS DE ALUMÍNIO S.A.	35,00	-
MANAH S.A.	10,31	162
METAL LEVE S.A.	15,51	73
MONTEIRO ARANHA S.A.	15,06	52
NEWTECHNOS CATALISADORES S.A.	40,00	-
NORDON IND. METALÚRGICA S.A.	10,06	(*)
PIRELLI PNEUS S.A.	12,06	(*)
S.A. MOINHO SANTISTA	12,14	14
SÃO PAULO ALPARGATAS S.A.	17,81	43
TUPY S.A.	24,26	84

(*) A CIMAF, a Nordon e a Pirelli Pneus são, respectivamente, as indústrias líderes dos setores de trefilados e telas, caldeiraria pesada e pneus.

A inclusão do grupo Itaú na automação bancária desdobrou-se em fabricação de micro computadores e componentes, através da Itaucom e da Itaucam, respectivamente instaladas em São Paulo e Manaus. Isto lhe deu base à posterior aquisição da Philco, empresa antes pertencente à Ford do Brasil, e que fabrica eletroeletrônicos.

Em declaração à Gazeta Mercantil, de 09.05.1988, o presidente do grupo Itaú enfatizou que a aquisição da Philco enquadrava-se na estratégia de alterações do perfil do grupo, que busca elevar as operações industriais a um peso equivalente ao da área financeira. A criação da Adiboard, utilizando tecnologia do grupo Kollmorgen para o fabrico de circuitos impressos por processo aditivo, se insere no referido movimento de crescente participação das atividades industriais no conglomerado.

O Itaú se faz presente ainda na área química e petroquímica através de sua holding Elekeiroz S.A., e na área de madeira industrializada e materiais de construção, através da holding Duratex

de eletrodomésticos no Brasil. A Brasmotor controla, entre outras empresas, a Brastemp, Embraco, Semer e Cónsul.

Adquiriu também o grupo Bradesco 22,39% do grupo Tupy, holding de um grupo de 25 empresas nos setores metal-mecânico e químico-plástico. Adquiriu ainda 16,83% do capital votante da São Paulo Alpargatas, 10,98% da Hansen Industrial, 11,17% da Moinho Santista, 10,03% da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, 10,24% da Cimaf, 10,1% da Moinho Fluminense S.A., dentre outras operações.

Estas operações referidas no parágrafo acima assinalam uma estratégia de identificação de oportunidades de investimento no setor industrial. Um exemplo típico deste critério de decisão foi a participação junto ao Credibanco e à norte-americana Reynolds, da constituição da Latasa. Esta empresa introduziu, e mantém, o monopólio do fabrico de embalagens para bebidas na forma de latas de alumínio.

Em setembro de 1992, a Digilab vendeu suas divisões de automação bancária e impressoras de linha à Sid, do grupo

Estratégias de estabilização da economia brasileira

Vive-se hoje, no Brasil, uma situação aparentemente paradoxal. Apesar da instabilidade política, que afeta negativamente as expectativas dos agentes econômicos, o volume das reservas é confortável e não há perspectivas de crise cambial. Também não há pressões de demanda; os salários estão deprimidos; a taxa de poupança interna é elevada e superior a de investimento; e o ajuste fiscal do Estado pela ética do gasto público - exceto seu componente financeiro - já foi realizado o comportamento de tais variáveis não explica, assim, os níveis prevalecentes de inflação, ou sua acomodação num patamar médio superior a 30% ao mês.

A manutenção das altas taxas de inflação deve-se ao forte componente inercial resultante da indexação geral da economia. A indexação monetária desempenha papel particular na manutenção do patamar elevado da taxa de inflação e dificulta a execução de qualquer política monetária com intento de estabilização. A questão central, do ponto de vista da política monetária, é que as aplicações de curto prazo dos agentes econômicos destinadas a financiar o carregamento de títulos públicos pelo setor financeiro, são moeda indexada. O valor da massa monetária indexada à inflação corrente dificulta o controle da liquidez de economia. E quanto maior for a liquidez de posse dos agentes econômicos, tanto mais qualquer elevação de preços nominais é referendada pelo mercado.

Entretanto, a inflação no Brasil, hoje, não é apenas puramente inercial, mas tem caráter expectacional. Vale dizer, a antecipação dos aumentos de preços em função da avaliação do custo de oportunidade da produção corrente e da reposição de estoques não se faz apenas em função da inflação passada mas, também, através de antecipações da taxa de inflação futura. Os preços mais relevantes para essa previsão são as tarifas públicas e as taxas de câmbio e

de juros. As tarifas públicas e a taxa de câmbio, na ausência de choques exógenos, tendem a seguir um comportamento inercial. Já a TR é particularmente sensível às tentativas de restrição do crédito interno que o banco central deseja impor à economia na tentativa de conter a inflação e às condições de demanda por crédito do próprio governo. Ambas as pressões impactam, também, o interbancário.

Em tal contexto, o gradualismo não se mostra terapia adequada. Há que se alterar as expectativas existentes através de uma intervenção abrupta do Estado no sistema econômico capaz de garantir estabilidade e crescimento a longo prazo. Em termos teóricos existem as seguintes alternativas de políticas de estabilização: ancoragem cambial, monetária, e política de rendas. Vejamos, sucintamente, os fundamentos e os problemas de adoção das três formas mais usuais de estabilização contemporânea.

Um plano de estabilização a partir do estabelecimento de âncora cambial assentaria-se no seguinte elemento básico: fixação da paridade cruzeiro-dólar americano, formando-se uma regra monetária-cambial similar a quando da vigência do padrão ouro. O banco central comprometer-se-ia a comprar ou vender dólares a uma taxa nominal de câmbio fixa, nas quantidades desejadas pelos agentes econômicos e manteria reservas cambiais de valor equivalente ao estoque da moeda nacional em circulação. Isso significa que o banco central só emite dinheiro para comprar reservas cambiais, tirando moeda de circulação no caso de perder reservas. A regra fiscal derivada é que o setor público não pode ser financiado com emissão monetária.

Em consequência, um ajuste fiscal e patrimonial do Estado torna-se condição necessária, embora não suficiente. As medidas usuais têm sido: elevação da carga tributária, reestruturação dos prazos do estoque da dívida interna, acordos patrimoniais e creditícios intrasetor público, privatização em empresas estatais e a definição dos



termos de pagamento da dívida externa. Entretanto, o ajuste fiscal não garante per se o equilíbrio do balanço de pagamento a longo prazo na ausência de fluxos externos estáveis de capital. A regra de câmbio fixo pode, ainda, tornar-se vulnerável por duas razões: instabilidade no mercado de câmbio ligada à hipótese (expectativas) de sobrevalorização ou de desvalorização; ou devido a desequilíbrios na balança comercial dado que a âncora cambial só estabiliza mais rapidamente o preço interno dos tradables. Os non-tradables (serviços privados e utilidades públicas privatizadas) não se ajustam automática e espontaneamente à regra cambial. Estas parecem questões de complicada equação em países com grande fragilidade financeira e, por isso, com grande potencial inflacionário.

A adoção de âncora cambial no Brasil é, também, problemática porque o dólar não é meio de troca e por ser a poupança financeira interna moeda indexada, contrariamente à realidade argentina anterior ao Plano Cavallo. Além disso, embora o valor atual das reservas cubram folgadoamente o da base monetária existe, hoje, uma massa de

quase-moeda, que ao se monetizar, pode exercer pressão desestabilizante sobre o mercado monetário-cambial. Nestas circunstâncias entrar-se-ia num sistema altamente especulativo. Este poderia ser temporariamente controlado por variações na taxa de juros, mas explodiria em função de eventuais desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Os logros da Argentina e do México nos últimos anos, não podem ser somente creditados aos ajustes patrimoniais (privatizações) e fiscais (corte no gasto público e elevação recente da carga fiscal). O êxito da política cambial em condições de liberalização financeira e comercial, foi fundamental para conter a inflação. Esta política manteve-se até agora, dando aos dois países novamente uma âncora cambial (ainda que com deslizamentos no caso do México) graças às condições de abundante liquidez e às baixas taxas de juros que predominam no mercado internacional da área do dólar, o que os permitiu absorver recursos financeiros externos para fechar os desequilíbrios em conta corrente do balanço de pagamentos.

Entretanto, no caso mexicano, a necessidade de financiamento do setor público tem-se realizado através da elevação da dívida pública, que é a contrapartida monetária interna de haver retomado o endividamento no exterior a partir da negociação da dívida externa. Assim, esta situação de equilíbrio macroeconômico só poderá manter-se a longo prazo se o México submeter-se a um ajuste fiscal permanente, que permita compatibilizar política monetária de juros elevados com política cambial com tendência à sobrevalorização permanente.

A alternativa, no mesmo contexto teórico, seria a adoção de âncora monetária nominal. Trata-se, a princípio, do estabelecimento de uma regra estável e previsível de evolução da base monetária à qual se ajustariam as taxas de juros e de câmbio de mercado. A taxa de expansão da

base monetária seria estável e mantida a um nível compatível com as metas para a taxa de inflação através do redesconto e do encaixe

compulsório dos bancos comerciais. O mecanismo de transmissão da estabilidade iria da moeda para a renda e os preços através do efeito dos saldos reais.

A regra fiscal derivada é que a necessidade de financiamento do setor público deve ser compatível com o crescimento projetado para a base monetária. E a regra cambial exige uma taxa de câmbio nominal que compatibilize o resultado do balanço de pagamentos e portanto, a variação de reservas, com a contrapartida em moeda nacional fixada pela regra monetária de estabilização. A taxa de câmbio flutuaria, com o banco central intervindo no mercado cambial para garantir o nível de reservas desejado.

A escolha de um ajuste essencialmente monetário coloca alguns problemas importantes para o período de consolidação da estabilidade de preços. Como

resultado de uma estabilização abrupta, as taxas de juros reais tornam-se, via de regra, bastante elevadas enquanto que a velocidade da moeda se reduz. Este corolário - decorrente da queda drástica da inflação e não atributo específico desta política de estabilização - coloca uma questão central de grande dificuldade de encaminhamento:

como compatibilizar liquidez e juros sem comprometer a estabilidade e médio prazo. Qualquer "erro" pode ser fatal no sentido de comprometer a consolidação de expectativas não-inflacionistas, ou de jogar a economia numa recessão de duração imprevisível.

Esta dificuldade complexifica-se, ainda mais, quando a remonetização assenta-se, primordialmente, em uma política convencional de redesconto e encaixes bancários. Trata-se de fixar objetivos para a evolução das reservas bancárias e ajustar

as taxas do open market e do interbancário às metas pré-estabelecidas. Neste contexto, pode haver uma elevação pronunciada da taxa de juros,

cujas volatilidade dependerá de overshoots ou undershoots no crescimento efetivo da oferta de moeda em relação à meta prevista pelo banco central.

No caso específico do Brasil existe, ainda, uma dificuldade adicional: para que M1 pudesse ser um agregado relevante ao controle da liquidez, deveria haver: uma ampliação dos períodos de capitalização dos fundos de renda fixa, da caderneta de poupança, acabar com o FAF e todos os fundos assemelhados de liquidez diária. Estas não foram até agora uma tarefa exitosa no Brasil. A massa monetária - até então indexada - tem uma capacidade rápida de reação, que ameaça a estabilidade dos preços relativos e dos mercados monetário-cambiais frente a quaisquer programas de estabilização.

Por fim, como a variação de reservas fica restrita às metas monetárias, se as taxas de juros internas mantiverem-se

elevadas e houver liquidez no mercado internacional, há entradas de capital de curto prazo, reforçando a sobrevalorização do cruzeiro. As alternativas seriam: controle da entrada de capitais de curto prazo, e aceleração da abertura comercial, ajustando pelas importações o impacto do balanço de pagamentos, ou o abandono das metas monetárias, reduzindo o diferencial de juros e comprometendo a estabilidade.

A terceira estratégia de estabilização drástica seria baseada em políticas de renda, que objetivariam redefinir o viés expectacional dos agentes privados, mudando suas avaliações acerca do custo de oportunidade da imobilização do capital em face do movimento esperado das taxas de juros e de câmbio, que acaba por se tornar a inflação efetiva. Tal estratégia pressuporia um congelamento

temporário e negociado de todos os preços e dos salários e a definição de regras monetárias e fiscal de forma que a remonetização da economia

pós-ajuste não implicasse em pressões sobre a demanda agregada e em especulação com ativos reais e divisas; nem que a falta de consolidação do ajuste fiscal ensejasse a volta às expectativas inflacionárias. Isto coloca que, pelo menos a curto prazo, a política monetária tivesse que ser ativa, de juros reais positivos; que a política fiscal seja austera e haja uma aceleração do ajuste patrimonial do estado (privatizações). A regra cambial derivada seria de câmbio fixo. Como nas alternativas anteriores, o resultado líquido do balanço de pagamentos dependerá dos níveis da taxa de juros interna e do movimento internacional de capitais e da política de liberalização do comércio exterior, e poderá, por consequência voltar a afetar as condições macroeconômicas de equilíbrio e de estabilidade.

Esta alternativa implica em alguns problemas semelhantes

ao das anteriores e, em outros, bem específicos. A questão de como administrar a monetização da moeda indexada sem reintroduzir expectativas inflacionárias, nem imobilizar a política monetária, tornando-a cativa da necessidade de determinar um piso para a taxa de juros que impedisse a especulação com ativos e divisas e um teto dado pela recolocação da dimensão financeira do déficit público. Conseqüentemente, recolocaria a necessidade de manejar a liquidez das quase-moedas anteriores à adoção do plano de estabilização pelo alongamento de seus prazos de carência.

Como colocado acima, as soluções de choque podem envolver uma contradição entre o curto prazo (estabilização) e o longo prazo (crescimento). Acrescente-se, ainda, que

"A adoção de âncora cambial no Brasil é problemática porque o dólar não é meio de troca e por ser a poupança financeira interna moeda indexada"

qualquer uma das opções de política de estabilização discutidas implica perdas para os diferentes agentes eco-

nômicos e o poder de veto ou de burla destes no atual contexto político-institucional não é desprezível. Além disso, eleger a estabilidade como critério primordial de política macroeconômica, sem balizá-lo pela necessidade de soluções para as questões do financiamento e da competitividade, seria ancorar a estabilidade em critérios precários e provisórios. Conseqüentemente, a única possibilidade de garantir crescimento com estabilidade seria a constituição de uma estratégia que combinasse aplicação em ativos financeiros com imobilização do capital produtivo, ou seja, liquidez com evolução técnico-produtiva. Com isso poder-se-á conseguir uma substancial redução do custo de capital, condição à retomada do crescimento, da modernização e da estabilidade.

Movimento de renovação dos economistas

Os economistas continuam tendo diante de si um quadro de enormes preocupações sobre o qual se debruçar na próxima década. As lutas do ano passado colocaram em foco a questão da ética na política, na qual todo o país e suas entidades representativas se engajaram, resultando em um inédito afastamento de presidente da República, em que poucos acreditaram de início, e principalmente na elevação da ética e do bom trato com a coisa pública como um dos pontos importantes nas discussões sobre a construção de um novo projeto de país. O brasileiro começava a ver como problema a velha máxima de gostar de levar vantagem em tudo. As entidades de economistas do Rio de Janeiro—CORECON-RJ, IERJ e SINDECON-RJ—jogaram-se desde o primeiro momento com toda a sua força nessa luta, expressando a preocupação do conjunto da categoria com uma questão que envolvia toda a Nação.

Durante o ano de 93, tomaram conta do país as preocupações com a pobreza, a fome e a miséria. Os economistas e suas entidades também se engajaram nessa luta. Tratava-se aí não apenas de juntar forças com outros setores da sociedade e entidades democráticas e populares, mas aqui se abria um espaço específico para a reflexão e a contribuição dos economistas. As entidades de economistas buscaram estimular essa discussão através de suas publicações, seus grupos de trabalho—reunião livre e voluntária de economistas com interesses comuns no estudo de temas—e colocando esses temas como importantes nas discussões que se travarão neste começo de novembro, no X Congresso Brasileiro de Economistas, a se realizar

no Rio de Janeiro. Ao lado da discussão da miséria, os economistas tentam levar adiante a discussão de um novo projeto nacional de desenvolvimento, articulado e que reforce a democracia e rompa com a lógica da exclusão social, permitindo atacar de frente o problema social em todos os aspectos, tentando eliminar de vez a miséria, a fome e a violência existentes no Brasil.

Para 94, além da continuidade dos temas já tratados, os economistas deverão avançar na discussão do projeto nacional de desenvolvimento. Mais do que isso, pois já que o ano de 94 prevê eleições também no âmbito estadual, será necessário aliar essa discussão com a questão da busca de uma alternativa de desenvolvimento sócio-econômico para o Estado do Rio de Janeiro, tema para o qual a discussão simultânea da questão nacional permite enfim um espaço importante para a mobilização também em cima da questão regional.

É para avançar nesse rumo que o MOVIMENTO DE RENOVACÃO DOS ECONOMISTAS se propõe a continuar trabalhando, integrando organicamente as entidades de economistas e os profissionais, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista de discussão, mas de um posicionamento que deve reafirmar o caminho que vem sendo trilhado nos últimos anos, de combate às políticas recessivas e de desmantelamento do Estado, instrumento importante para alavancar um novo projeto de desenvolvimento solidário voltado para o reforço à democracia e à eliminação da exclusão social.

É nesse sentido que propomos à categoria o programa a seguir:

1. mobilizar os economistas do Rio de Janeiro para a discussão em

torno à construção de um projeto articulado de desenvolvimento para o país e à busca de alternativas para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Rio de Janeiro, promovendo debates periódicos com este fim;

2. continuar com as discussões dos Grupos de Trabalho articulados pelas entidades de economistas como uma forma de participação dos associados na vida das entidades. Os GT consistem na reunião, livre e voluntária, de economistas com interesses comuns no estudo de algum tema. A cada Grupo de Trabalho serão garantidos: disponibilidade da sede para as reuniões, liberdade de fixação e definição de sua organização interna e objeto de estudo e o direito de se expressar sobre os temas de sua competência nas publicações das entidades de economistas do Rio de Janeiro;

3. continuar garantindo a viabilidade de um Boletim dos Estudantes de Economia, colocando junto aos Centros Acadêmicos a infraestrutura das entidades de economistas para sua viabilização;

4. dar continuidade ao processo de formação e valorização profissional do economista hoje em desenvolvimento no CORECON, com a constante adequação do currículo de economia nas escolas e a ampliação dos cursos de extensão e reciclagem;

5. reforçar o trabalho de aproximação com as escolas de economia existentes no Estado, tentando ao máximo a discussão comum e a promoção de atividades conjuntas;

6. trabalhar para editar uma revista especializada na divulgação de temas econômicos;

7. priorizar a realização de cursos regulares e seminários sobre temas relevantes promovidos pelas entidades de economistas do Esta-

do;

8. continuar organizando e ampliando o banco de emprego dos economistas, com cadastro informatizado e de fácil acesso ao interessado;

9. fortalecer a relação com as delegacias regionais do Conselho, num projeto de interiorização das atividades regulares promovidas pelas entidades de economistas do Rio de Janeiro;

10. aprofundar o trabalho de unificação das entidades representativas dos economistas (CORECON-RJ, SINDECON-RJ e IERJ), agora com a inauguração da Casa dos Economistas do RJ (prevista para 1994), viabilizando sua integração orgânica, na defesa dos interesses específicos da categoria e no seu engajamento nas lutas da sociedade civil em conjunto com as entidades representativas de outras categorias profissionais e da sociedade em geral (OAB, CUT, ABI, Clube de Engenharia, etc.).

CONSELHEIROS

Maria José Cyhlar Monteiro (Registro CORECON nº 3.808-3)

Adhemar dos Santos Mineiro (Registro CORECON nº 15.487-3)

Maurício Buzanovsky (Registro CORECON nº 11.146-5)

Sandra Maria Carvalho de Souza (Registro CORECON nº 9.695-4)

Paulo Sérgio Souto (Registro CORECON nº 14.239-5)

Luis Carlos Pires de Araújo (Registro CORECON 5.598-0)

DELEGADO ELEITOR

José Clemente de Oliveira (Registro CORECON nº 1.481-8)

SUPLENTE

Júlio Diniz Bastos Pinto (Registro CORECON nº 8.293-7)

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO